

Lei Geral de Protecao de Dados

Alexandre Fabian e Vinicius Irale

Sancionada em 14 de agosto de 2018, com
vigencia para 18 meses

Preceitos:

Tratamento de dados pessoais deverá observar a **boa-fé**

Princípios:

- Finalidade
- Adequação
- Necessidade
- Livre Acesso
- Qualidade dos Dados

Princípios:

- Transparência
- Segurança
- Prevenção
- Não Discriminação
- Responsabilização

Esta lei não se aplica:

- ① tratamento de dados pessoais realizados por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos
- ② realizados para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos ou acadêmicos

Esta lei não se aplica:

- ③ tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivos de **segurança pública, defesa nacional, segurança de Estado** ou
- ④ atividades de **investigação e repressão de infrações penais**

Esta lei não se aplica:

- ao tratamento de dados pessoais provenientes de fora do território nacional, que não tenham uso compartilhado com dados tratados por agentes brasileiros, desde que o país proporcione grau de proteção de dados adequado ao previsto na LGPD

Definições:

- dado pessoal
- dado pessoal sensível
- dado anonimizado
- titular
- controlador

Definições:

- operador
- encarregado
- relatório de impacto à proteção de dados pessoais

Sobre o tratamento de dados pessoais

Somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- mediante consentimento do titular.
- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- pela administração pública (para a execução de políticas públicas).
- para estudos por órgão de pesquisa (garantindo a anonimização dos dados).
- para o exercício regular de direitos em processo judicial.
- para a garantia da vida e para a tutela da saúde (exclusivamente por profissionais de saúde).

Sobre o consentimento

- O controlador que obteve consentimento que necessitar compartilhar os dados com outro controlador deverá obter consentimento específico para esse fim
- A eventual dispensa do consentimento não desobriga as demais obrigações previstas nesta Lei.

Ainda sobre o consentimento

- O consentimento deverá ser para finalidades determinadas, as autorizações genéricas serão **nulas**

Dados sensíveis

Tratamento somente poderá ocorrer:

- quando o titular consentir

Sem consentimento, quando for indispensável para:

- mesmos casos descritos para dados pessoais.

- É vedado o compartilhamento de dados referentes à saúde com objetivo de vantagem econômica.
- Exceto: Na prestação de serviços de saúde e assistência farmacêutica.

Término do Tratamento de Dados Pessoais

- Ocorrerá quando a finalidade foi alcançada ou quando os dados deixarem de ser necessários ou pertinentes

- Link para a apresentação no Github.

Referências

- Link para a lei 13709/2018 (LGPD):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
- Guia de Boas Práticas para a LGPD:
https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf